

VISÃO DO CORREIO

O Pix não é o vilão

Quando uma potência comercial não consegue competir com a solução de outro país, há duas opções: inovar ou taxar. Os Estados Unidos escolheram a segunda: aplicar uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros, com entrada em vigor na próxima quarta-feira. A decisão é resultado de uma investigação de um ano com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, que permite ao governo norte-americano retaliar países por supostas práticas comerciais desleais. Entre os pretextos listados, estão o Pix, decisões judiciais sobre plataformas digitais, acesso ao mercado de etanol e desmatamento. O secretário de Estado, Marco Rubio, foi além nos argumentos técnicos: em publicação nas redes sociais, afirmou que “Lula colocou o próprio ego acima de um acordo” e que o presidente brasileiro “não negociou de boa-fé”. A acusação diz mais sobre o tom da relação bilateral do que sobre qualquer fundamento comercial.

A realidade, porém, está muito distante da caricatura de ameaça global pintada em Washington. É inegável que o Pix é uma das maiores conquistas estruturais do país nas últimas décadas. Na economia real, o sistema facilitou o dia a dia de cidadãos e empresas, derrubando custos operacionais e injetando dinamismo no comércio, do trabalhador informal nas ruas às grandes cadeias de suprimentos. Ao reduzir a circulação de papel-moeda, a tecnologia conferiu mais segurança às operações, diminuiu a incidência de pequenos crimes e incluiu milhões de brasileiros que estavam à margem do sistema bancário.

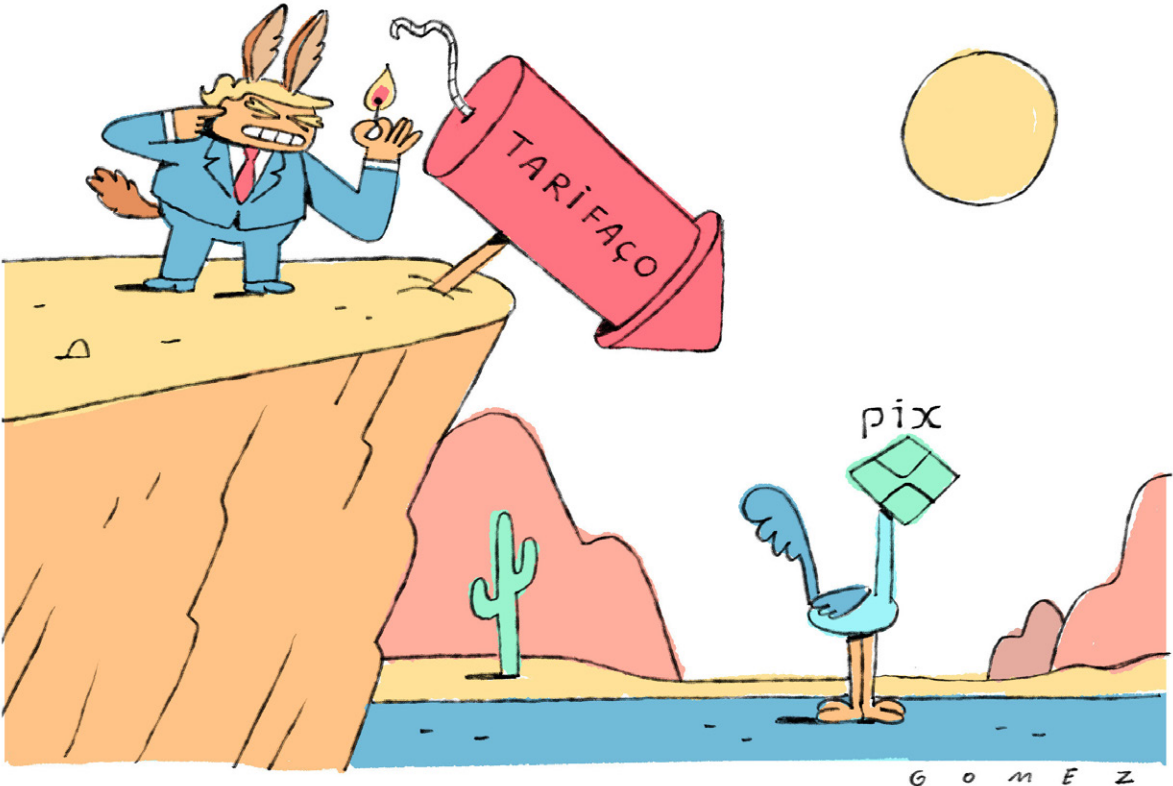
O que torna o ataque ainda mais infundado é a natureza do próprio sistema. Desenvolvido durante o governo Michel Temer, implantado na gestão de Jair Bolsonaro e ampliado sob Lula, a ferramenta provou ser uma verdadeira política de Estado do Banco

Central e também suprapartidária, sobrevivendo às tempestades ideológicas justamente por sua indiscutível utilidade pública.

A posição americana, expressa por um alto funcionário da Casa Branca, é reveladora: “Não estamos pedindo ao Brasil para se livrar do Pix. Queremos que ele compita com as empresas americanas na mesma base”. O Pix é infraestrutura pública. A vontade, dessa forma, é equivalente a exigir que uma rodovia federal “compita em igualdade” com operadoras privadas de pedágio. O desconforto de Washington não é com a concorrência desleal. É com a existência de um modelo que dispensa os intermediários financeiros.

A lista de exceções negociada pelo Brasil (que preservou carne, café, suco de laranja, petróleo e componentes aeronáuticos) demonstra que o diálogo técnico produziu resultados concretos. Mas a tarifa sobre etanol, máquinas agrícolas e calçados, combinada com a possível taxa adicional de 12,5% por trabalho forçado, pode chegar a 37,5% sobre parte das exportações. O setor produtivo brasileiro tem razão ao alertar que a medida punirá também consumidores e indústrias americanas dependentes de insumos brasileiros sem substituto equivalente no mercado doméstico dos EUA.

O governo brasileiro tem o dever de tratar esse episódio com pragmatismo e gravidade, defendendo sua infraestrutura sem recorrer a bravatas. A ativação da Lei de Reciprocidade Econômica é uma resposta legítima, desde que usada como instrumento de negociação, não de escalada. O Pix não é o vilão da balança comercial americana. Se o Brasil aceitar que uma inovação doméstica bem-sucedida seja usada como moeda de troca para aplacar frustrações externas, estará sabotando o próprio progresso. A diplomacia nacional não pode custar a nossa soberania tecnológica.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

O peso da imagem

No Brasil, uma simples foto pode escancarar a incapacidade de certos grupos políticos de escolher bem quem colocam ao lado. Isso é sintoma de um ambiente onde a pressa por apoio vale mais que prudência e onde a busca por visibilidade atropela qualquer noção de cuidado com a imagem pública. Uma foto pode até ser apagada, mas o que ela revela e simboliza — isto é, critérios, alianças e prioridades — não some tão facilmente. Em tempos de pré-campanha política, percebe-se que, para alguns candidatos, a imagem importa mais do que o conteúdo, mas quem paga o preço é sempre o eleitor.

» **Paccelli M. Zahler**
Sudoeste

Pauta-bomba

Governo pede prazo para ver impacto da PEC dos agentes de saúde. Deveriam fazer exatamente igual quando fossem aumentar os próprios salários, aumentar fundão eleitoral, e todas as outras regalias de todos os Poderes. Deviam olhar se tem fonte de compensação e fonte de recurso. Olhar também se não se trata de uma pauta-bomba. Esses cuidados não deveriam ser só quando é para fazer algo bom para o povo ou para uma categoria profissional.

» **Antonio Bitu**
Ceará

Tarifaço

Certíssimo o presidente Lula em cogitar adotar a reciprocidade em resposta ao absurdo tarifaço imposto por Trump. Passou o tempo em que aceitávamos tudo, sem discussão, mesmo com prejuízo para a nossa economia. Hoje, como nação livre e soberana que somos, reagimos contra medidas descabidas como essa. É, como reza a Lei de Talião: dente por dente, olho por olho.

» **Sylvio Belém**
Recife (PE)

Carta a Oliver Grayson

Cumprimento o colega Rodrigo Craveiro, jornalista e escritor, pelo excelente e comovente artigo “Carta a Oliver Grayson”, publicado na edição desta quarta-feira 15. Não há como a gente não se emocionar profundamente. Como pai e avô, me emociono em dobro. Inacreditável, tamanha maldade contra uma criança indefesa. Maldade diabólica. Que a mão da Justiça desça sobre o assassino imbecil. O mundo espiritual fará também sua justiça.

» **Danilo Gomes**
Lago Norte

Renato Machado

O jornalista Renato Machado deixa uma marca profunda no jornalismo brasileiro. Mais do que um apresentador elegante e preciso, foi uma voz que acompanhou gerações, levando informação com serenidade, inteligência e um jeito humano de conversar com o

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Tarifaço: eu, como chefe de família, não deixo de resolver meus problemas com os outros, muito menos deixo outras pessoas interferirem na minha casa. Se isso acontece, é porque perdi minha autoridade como chefe.

Gerson Pedro — Brasília

Basta o presidente Lula retribuir com a Lei da Reciprocidade. É só começar a faltar produtos nas prateleiras dos EUA e os preços aumentarem para os americanos, em seguida, recuarem.

Paulo P. Vargas — Brasília

Se a culpa é do Flávio, por que o governo brasileiro está em pânico? Era só negociar. Um governo com toda a estrutura perde para um “simples senador”. É inexplicável!

Armando da Consolação de Souza — Arinos (MG)

Marco Rubio diz que Lula não agiu de boa-fé nas negociações com os EUA. Boa-fé, para ele, seria: acabar com o Pix, entregar as terras raras e o petróleo de graça.

Carlos de Castro — Brasília

Foto com Sicário abala Flávio. Já sei: Nunes Marques vai proibir a utilização da foto para fins eleitorais.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

público. Sua carreira foi construída com dedicação, talento e uma rara capacidade de unir firmeza jornalística e leveza na condução das notícias. Ao longo de décadas, passou por momentos decisivos da televisão brasileira e se tornou referência de credibilidade, respeito e profissionalismo. Mas Renato também era alguém que ampliava o jornalismo para além da notícia fria. Seu olhar sensível para a cultura, a gastronomia e o vinho revelava um homem curioso, refinado e apaixonado pela arte de viver. Isso ajudou a transformar sua presença em algo maior do que a de um simples jornalista: ele virou uma personalidade admirada pela inteligência e pelo bom gosto. Sua partida deixa saudade, mas também um legado bonito. Fica a lembrança de um profissional que honrou a palavra, tratou o público com respeito e fez da comunicação um ofício exercido com alma. Descanse em paz, nobre Renato!

» **Gilberto Pereira Tiriba**
Embaré (SP)



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

Custo político do tarifaço

Um ano depois, o anúncio de novas tarifas sobre produtos brasileiros pelo governo dos Estados Unidos marca o início de uma fase turbulenta para a economia nacional. A imposição de taxas adicionais de 25% sobre setores como etanol, maquinário e vestuário, a partir de quarta-feira da semana que vem, extrapola o terreno técnico das disputas comerciais. O governo Trump escolheu transitar por temas de soberania brasileira, como o funcionamento do sistema financeiro local e a regulação das plataformas digitais.

A justificativa apresentada pela Casa Branca causa estranheza pelo ineditismo. Utilizar o sucesso do Pix e as decisões do Supremo Tribunal Federal sobre redes sociais como pilares para uma sanção econômica é um movimento que redefine os termos do relacionamento bilateral. O sistema de pagamentos instantâneos, que se tornou a espinha dorsal do consumo no país, é o alvo mais sensível. Dados de mercado comprovam essa importância. O Pix é o meio preferencial para 76% dos brasileiros e responde por quase metade das transações no e-commerce. A rapidez, a praticidade, o custo para o usuário e a segurança que consolidaram a ferramenta são ativos que contrariam interesses de gigantes financeiros do Hemisfério Norte.

Há uma seletividade estratégica nas tarifas impostas. Os Estados Unidos preservaram itens dos quais são dependentes, como petróleo, café, celulose e proteínas animais, enquanto penalizaram a indústria manufatureira e bens de capital. Essa escolha revela um pragmatismo comercial que pouco se importa com o discurso da livre concorrência. Quando o lobby doméstico americano encontra espaço para ditar o ritmo de sanções, o resultado é a exportação de instabilidade para o setor produtivo brasileiro, atingindo a ponta final da cadeia: o emprego e o custo de vida.

O episódio ocorre sob a sombra da corrida eleitoral. A oposição, na tentativa de

capitalizar o desgaste da administração, viu o efeito reverter-se nas pesquisas de opinião. A tese de que integrantes da família Bolsonaro articularam o pedido de sanções em Washington encontrou ressonância em 51% do eleitorado, segundo a última pesquisa Quaest/Genial. A tentativa de instrumentalizar uma potência estrangeira para obter vantagens políticas internas mostra-se uma aposta de alto risco. Na ciência política, é voz corrente de que interferências externas em assuntos domésticos costumam fortalecer sentimentos nacionalistas. O custo dessa estratégia é sentido pela população, com 63% dos brasileiros manifestando receio de que as medidas interfiram diretamente na economia doméstica.

A resposta oficial brasileira busca um equilíbrio delicado. O governo sinaliza o uso da Lei da Reciprocidade, o acionamento da Organização Mundial do Comércio e a intensificação de acordos comerciais com outros blocos, como a União Europeia. Essas medidas configuram uma tentativa de manter a previsibilidade em um ambiente externo que, a cada ciclo político em Washington, torna-se mais imprevisível. A soberania, neste contexto, não é apenas um conceito diplomático, mas a capacidade de blindar o mercado interno contra ataques que misturam protecionismo comercial e agendas ideológicas alheias.

A busca por culpados e a divisão do debate público em trincheiras ideológicas obliteram a gravidade do cenário. A celebração de uma retaliação externa por parte de qualquer grupo político é um erro estratégico. Em uma disputa econômica dessa escala, não há o que compense a perda de postos de trabalho ou a elevação dos preços para o consumidor.

Por fim, uma pergunta não pode deixar de ser feita. Nos últimos 15 anos, os Estados Unidos acumularam um superávit comercial com o Brasil de US\$ 424 bilhões. O que os EUA querem mais?

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS 

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br